

O 1º PLANO QUINQUENAL DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA DE 1955: educação para o desenvolvimento amazônico

José Bittencourt da Silvaⁱ
Iane Maria da Silva Batistaⁱⁱ

RESUMO

O presente texto analisa o Programa de Desenvolvimento Cultural contido no 1º Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia (PQVEA) proposto em 1955 pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Este Plano propôs melhorias sociais, econômicas e culturais para as populações amazônicas a partir de um ideário de desenvolvimento calcado na ideia de progresso cultural, educacional e técnico-científico necessários ao crescimento capitalista industrial. Dentre outras coisas, o PQVEA demonstrava a necessidade de construção de um novo equipamento mental societário amazônico, em que a educação teria um papel preponderante. Elementos metodológicos da análise de discurso foram utilizados para abordar os aspectos ideológicos, positivistas e etnocêntricos subsumidos no documento da SPVEA ao criticar o *modus vivendi* das populações amazônicas como causador do subdesenvolvimento da região. O que segue são aprofundamentos acerca do objetivo traçado com base no material bibliográfico e documental analisado.

Palavras-chave: SPVEA; PQVEA; Desenvolvimento; Cultura; Educação.

ABSTRACT

This text analyzes the Program of Cultural Development of the Five-Year Plan of Economic Enhancement for the Amazon (OQVEA) of 1955 proposed by the Superintendence of Economic Valorization Plan for the Amazon (SPVEA). It planned economic and cultural improvements for the Amazon population based on the ideas of a development supported by cultural, educational and techno scientific progress necessary to our capitalist-industrial growth. Among other things, PQVEA showed a need to construct a new Amazon governance mental equipment, where education would have a predominant role. Using methodological elements of content analysis, this paper demonstrates the ideological, positivist and ethnocentric aspect also assumed on SPVEA document when it criticizes the *Modus vivendi* of the Amazon population perceived as the cause of backwardness and underdevelopment of people in the region. What follows is a deepening on the objectives outlined based on the references analyzed.

Keywords: SPVEA; PQVEA; Development; Culture; Education.

INTRODUÇÃO

A experiência desenvolvimentista planejada para a Amazônia brasileira na segunda metade do século XX, sob os auspícios do Estado Nacional Brasileiro, apresenta às Ciências Sociais um amplo espectro de possibilidades investigativas e analíticas. No contexto da década de 1950, os ideólogos governamentais da promoção do desenvolvimento induzido,¹ produziram significativos documentos (diagnósticos e proposições de ação), os quais construíram percepções, ideários ideológicos ou visões sociais de mundo acerca dos aspectos socioculturais e econômico-ambientais referentes à população brasileira em geral, e também sobre os moradores da região amazônica em particular.

O presente texto objetiva analisar o Programa de Desenvolvimento Cultural contido no 2º volume do 1º Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia (PQVEA), proposto em 1955 pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). O artigo prioriza o aspecto educacional, o qual é colocado no documento da SPVEA como um componente da vida humana local imprescindível para as melhorias socioculturais imperativas aos novos rumos modernizantes pelos quais o Brasil e a Amazônia deveriam inexoravelmente trilhar para um desenvolvimento pleno e duradouro de sua população.

Metodologicamente, o artigo resulta de um esforço teórico-analítico de interpretação e compreensão do próprio documento expedido pela SPVEA, a partir de elementos da análise de conteúdo proposto por Triviños (2012) e da análise de discurso apresentada por Orlandi (2013). O discurso é “[...] palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, 2013, p. 15). Um homem não abstrato, um ser histórico concreto, envolvido em relações sociais diversas e concretas, estas determinadas por situações de classe, interesses grupais e tantas outras interfaces conflitivas e formadoras do tecido social.

Por sua vez, um texto (que pode ser escrito ou oral) é a materialidade do discurso, lugar onde os sentidos e as intencionalidades se fazem presentes, onde os sujeitos históricos deixam impressas suas marcas de maneira direta ou indireta, mas sempre impregnada de ideologia própria do lugar social no qual comunga das subjetividades simbólicas sobre o real. Como afirma Orlandi (2012, p. 12),

Quando pensamos o texto pensamos: em materialidade (com sua forma, suas marcas e seus vestígios); como historicidade significativa e significada (e não como ‘documento’ ou ‘ilustração’); como parte da relação mais complexa e não coincidente entre memória/discurso/texto [...]. Embora o texto se apresente, para o analista, como uma unidade imaginária, enquanto manifestação material concreta do discurso ele se oferece como um excelente observatório do funcionamento do simbólico.

Destarte, partiremos do pressuposto de que o teor de um texto apresenta informações aparentes e latentes, em que a relação entre o que está visível e o que se omite é resultante de interpretações produzidas por um sujeito social/ideológico/concreto, ou seja, historicamente determinado. Como afirma Orlandi (2013, p. 17) parafraseando Pêcheux: “[...] não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia”.

É necessário ressaltar que a ideologia para Orlandi (2013), cuja perspectiva comungamos neste artigo, não é vista como falsa consciência ou ideias tendenciosas que escondem aspectos da realidade, mas sim como interpretações simbólicas ou abstratas produzidas e reproduzidas por um sujeito condicionado socialmente, seja esse condicionamento de classe, de grupos ou de qualquer outro tipo de identidade coletiva pertencente a dada formação societária. Apenas para efeito de ilustração, podemos citar a noção que os grupos indígenas possuem acerca da terra e o uso que dela fazem. A interpretação simbólica certamente não é a mesma que os proprietários rurais apresentam quando discursam sobre as questões fundiárias no Brasil.

Por isso, é necessário que o pesquisador (que também interpreta a partir do referencial teórico utilizado academicamente) vá além dos registros próprios do conteúdo manifesto de um texto, e busque desvelar os sentidos ideologizados do discurso, ou seja, apresente de maneira compreensiva e analítica as intencionalidades ou visões sociais de mundo subsumidas na aparência fenomênica do material escrito. Kosik (1976) fala de expressão fenomênica (aparência ideologizada) das coisas, a qual precisa ser ultrapassada

para se chegar às essências, a partir de processos teóricos e metodológicos analíticos capazes de expressar as mediações que ligam o fenômeno à sua essência. Somente desta maneira, diz o autor, é possível construir um conhecimento substancial, com conteúdo não fetichizado e mais próximo dos processos reais.

O artigo apresenta inicialmente uma exposição do contexto histórico brasileiro pós-Segunda Guerra Mundial, em seguida faz uma abordagem crítica sobre o conceito de desenvolvimento e, finalmente, expõe analiticamente o conteúdo do documento expresso no Programa de Desenvolvimento Cultural para a Amazônia, com especial enfoque no aspecto educacional.

1 CONSIDERAÇÕES HISTÓRICO-CONCEITUAIS: O ASPECTO DO DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A década de 1950 foi assinalada, no plano internacional, pelo imperativo de reconstrução econômica em decorrência da Segunda Guerra Mundial. O paradigma de desenvolvimento firmado na ordem mundial naquele contexto enfatizava o planejamento, a ação reguladora do Estado e os efeitos dinâmicos do progresso técnico no crescimento econômico (FURTADO, 2009; 1996). A promoção do desenvolvimento, caracterizado pela industrialização, urbanização e assalariamento do trabalho, indicadores de evolução e progresso, foi estabelecida como um caminho inexorável a ser trilhado pelos países, especialmente aqueles cuja realidade socioeconômica os enquadrava na categoria de subdesenvolvidos, em direção a um futuro melhor. Fatores como produtividade, acumulação, capacidade de poupança e de investimento, mercado consumidor, inovação tecnológica etc. passaram a ser buscados incessantemente com vistas à materialização do crescimento econômico.

A formação de capital, por meio de políticas fiscais e monetárias, o fomento ao comércio e à indústria, gerenciamento da população; a promoção de valores culturais modernos, em substituição aos parâmetros morais e culturais tradicionais das populações locais e; a criação de instituições adequadas para conduzir todos esses processos, segundo Escobar (1995), representavam as condições necessárias ao salto qualitativo e quantitativo almejado para os países pobres latino-americanos, como o Brasil.

No bojo desse processo, a ideia de modernização, associada ao desenvolvimento, era considerada a “única força capaz de destruir superstições e relações arcaicas, quaisquer que fossem os custos sociais, culturais e políticos. Industrialização e urbanização eram vistas como as rotas inevitáveis e necessariamente progressistas em direção à modernização” (ESCOBAR, 1995, p. 39-40).

O ideário estatal de desenvolvimento, tal como processado na América Latina, em geral, e no Brasil em particular, estava intimamente articulado à defesa da industrialização, do intervencionismo estatal em prol do crescimento e do nacionalismo. Porém, afirma Fonseca (2004), além da conjugação destes três elementos, o que efetivamente teria conformado a construção do desenvolvimentismo como fenômeno histórico a conduzir os destinos da nação nas décadas seguintes ao pós-Segunda Guerra Mundial era o legado do pensamento positivista, que, desapegado das concepções teológicas de história, as quais apontavam para um destino humano pré-traçado e subordinado aos desígnios divinos, considerava ser dever do Estado ajudar a sociedade a rumar para o progresso.²

A utilização desse componente ideológico³ na configuração do Estado desenvolvimentista justificaria a sua própria razão de ser.

[...] o desenvolvimento não é apenas uma palavra de ordem a mais, mas o *elo que unifica e dá sentido a toda ação do governo*, ao legitimar a ampliação de sua esfera nos mais diferentes campos, além da economia propriamente dita: educação, saúde, legislação social, cultura, políticas públicas etc. Torna-se um *fim em si mesmo*, porquanto advoga para si a *prerrogativa de ser condição para desideratos maiores*, como bem estar social, ou valores simbólicos de vulto, como *soberania nacional*. Assim, o desenvolvimento assume a configuração de uma *utopia*, um estágio superior a ser conquistado, com patamar mais elevado de felicidade. Sem ele, a nação permanecerá no atraso, com péssima distribuição de renda, periférica ou subordinada no contexto internacional, com indicadores sociais degradantes (FONSECA, 2004, p. 226).

No Brasil, assim como na Amazônia, o conteúdo normativo e ideológico do desenvolvimento encontrou um campo fecundo. Ao reivindicar a ampliação de sua esfera de ação no campo da saúde, educação, saneamento, legislação social etc., visando superar um quadro de péssimos indicadores sociais e de uma posição periférica e subordinada num quadro internacional, o Estado assumia como fulcro do desenvolvimento valores simbólicos caros ao imaginário coletivo, como o bem estar social e a soberania nacional.

Sob esse prisma, o desenvolvimento apresentava-se com uma aura de modernidade e contemporaneidade, configurando-se como meta a ser perseguida e conduzida pela ação governamental, por meio de um planejamento. O desenvolvimento representava, nas palavras de Caio Prado Jr. (1999, p. 15), a “condição precípua para assegurar ao país e à generalidade de seu povo o conforto e o bem estar material e moral que a civilização e cultura modernas são capazes de proporcionar”. Assim, o desenvolvimento se configuraria como uma realidade que deveria ser almejada por todos aqueles que quisessem alcançar o bem estar coletivo.

A concepção de desenvolvimento com base no crescimento econômico e na noção de progresso norteou a expansão da economia “moderna”⁴, instrumentalizou, pois, a dinâmica capitalista naquele contexto. Por certo, o processo de transformação de valores de uso em valores de troca (LÉNA, 2005), inerente à economia capitalista, aumentou a riqueza global, em termos estritamente materiais, sem precedentes na história. Hobsbawm (1998) designou as décadas de 1950 e 1960 como “idade de ouro” ou “anos dourados”, pois elas foram marcadas, segundo o autor, por altas taxas de expansão econômica e pela quadruplicação da produção mundial de manufaturas. Por outro lado, este processo fomentou a construção de uma ética pautada na apropriação, exploração e controle da natureza (ALMINO, 2006) com efeitos deletérios sobre modos de vida tradicionais e a reprodução dos recursos naturais. Além disto, aprofundou a concentração de renda e as desigualdades sociais. Os efeitos desse modelo de desenvolvimento repercutiram, de modo incisivo, na Amazônia, considerada nos discursos hegemônicos do Estado brasileiro como “vazia” de gente e de técnica.

Nesta linha de compreensão e entendimento do percurso desenvolvimentista pós-Segunda Guerra Mundial, tem-se o Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia (PQVEA), proposto para o período 1955-1959, o qual atendia aos referenciais do desenvolvimentismo brasileiro em voga em meados do século XX. A Valorização Econômica da Amazônia atendia a determinação legal da Constituição de 1946, que em seu Artigo 199 previa a destinação de 3% do PIB nacional para investimento no desenvolvimento econômico da “vasta região que representava a mais despovoada e menos desenvolvida das áreas territoriais brasileiras” (SPVEA, 1954, p. 3).

O programa de recuperação econômica seria efetuado por meio da execução de planos quinquenais, considerando seus desdobramentos no longo prazo, e seria coordenado

por um organismo federal especialmente criado para este fim, a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Com esta iniciativa procurava-se superar a simples aplicação de medidas isoladas e de efeitos efêmeros que teriam caracterizado a atuação estatal na região até então (D'ARAÚJO, 1992). É importante ressaltar que a criação da SPVEA é considerada a primeira experiência de planejamento regional de grande vulto na Amazônia, marcando de modo indelével a trajetória social e econômica da região (TRINDADE, 2014). E, segundo Batista (2014), o PQVEA constituía-se no marco referencial dos planos de desenvolvimento elaborados para a Amazônia nas décadas seguintes.

A Valorização Econômica da Amazônia foi legalmente definida como

[...] um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola, pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País (BRASIL, 1954, p. 3).

Deste modo, observa-se que havia um marco legal regulatório ratificando formalmente a percepção de que a região deveria ser inserida nos processos econômicos e culturais de um país que estaria se voltando para o progresso técnico e a modernidade cultural supostamente superiores aos processos extrativistas das populações amazônicas de então, considerados, no discurso governamental, como anacrônicos. Segundo D'Araújo (1992, p. 44), a aplicação de experiências de planejamento em nível regional, de acordo com disposições constitucionais, visava “[...] trazer as regiões mais atrasadas e pobres para o mesmo nível de desenvolvimento das áreas mais ricas do país”.

As iniciativas governamentais propostas para a Amazônia, constantes no Plano, inscreviam-se em uma conjuntura de transição de uma economia agrária para uma economia industrial, num momento em que o país reorganizava suas bases econômicas para promover o progresso industrial-urbano. O contexto pós-Segunda Guerra Mundial manifestava-se como uma oportunidade de emergência econômica para as mais diversas regiões não envolvidas diretamente no conflito. Isto se deu, em termos gerais, de duas maneiras: a partir do fornecimento de insumos básicos para a reconstrução dos países envolvidos na guerra, como a madeira, matéria prima fundamental à construção e reconstrução de moradias, e por meio da promoção de sua própria industrialização, com base em uma política econômica de substituição de importações. Ambas as medidas foram adotadas pelo Brasil (BATISTA, 2014).⁵

A percepção da necessidade de uma intervenção centralizada e racional, com vistas a assegurar o êxito dos esforços de ocupação e desenvolvimento da Amazônia, estava inserida em um panorama mais abrangente de valorização do planejamento como mecanismo de atuação da administração pública, consolidado em meados do século XX. A compreensão do planejamento como uma organização dos fatores produtivos, conduzido por um poder central, a partir de uma análise, avaliação e diagnóstico das questões a serem enfrentadas, bem como o estabelecimento de metas a cumprir, remete às iniciativas da economia planificada soviética, que por iniciativa de Stalin, nos anos 1930, definiu prioridades e metas para a produção industrial e agrícola do país por períodos de cinco anos, estabelecidos nos Planos Quinquenais (HOBSBAWM, 1998).

O relativo sucesso desse instrumento, especialmente no que se refere à elevação dos índices de industrialização do país que era o emblema do socialismo naquele contexto, em que os países ocidentais enfrentavam as consequências da Grande Depressão,

desencadeada pelo *crack* da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, acabou por atribuir ao planejamento capitaneado pelo aparelho estatal a primazia no movimento de recuperação econômica exigido naquela conjuntura.⁶

O modelo de desenvolvimento gerido pelo Estado nacional, desde os primeiros passos da Política de Valorização direcionou seus instrumentos de ação para o crescimento da economia regional, de acordo com os princípios do moderno sistema industrial capitalista. Acreditava-se que o incentivo ao crescimento econômico geraria efeitos positivos sobre a estrutura social, reorientando e modificando práticas produtivas e relações de trabalho tradicionalmente praticadas na região (BATISTA, 2014). Termos como “valorização”, “recuperação”, “reabilitação” foram utilizados de modo recorrente nos diversos documentos que culminaram no Primeiro Plano Quinquenal, em referência ao ambiente, à economia e à sociedade (SPVEA, 1954a; SPVEA, 1954b).⁷

A ideia da existência de vastas extensões do território nacional esparsamente povoadas levou o Estado brasileiro a adotar medidas institucionais visando a efetiva incorporação econômica destes espaços, diante da nova realidade industrial e urbana que começava a se impor na organização espacial brasileira em meados do século XX. Na primeira metade dos anos de 1900, a oposição entre áreas industrializadas ou em processo de industrialização e áreas não industrializadas e, portanto, consideradas atrasadas, teria inclusive imputado a estas a alcunha de “sertões”, identificados com a floresta e a selva (ARRUDA, 2000).⁸

Sob a lógica urbano-industrial-desenvolvimentista, “civilizar o sertão” significava impor a seus moradores novas concepções de tempo, propriedade e trabalho, operacionalizadas por meio de políticas públicas, investimentos e técnicas formuladas para “resgatar esse sertão” em direção à modernidade. A integração de tais espaços, principalmente por meio das linhas telegráficas, da delimitação geográfica, da construção de redes ferroviárias e rodovias, constituía-se em um dos aspectos essenciais desse processo.

De fato, a valorização da Amazônia, segundo o Plano, tratava-se de uma “[...] obra política, pela qual a nação brasileira procura ocupar e desenvolver economicamente os espaços inaproveitados do território nacional” (SPVEA, 1955, p. 24). A região era vislumbrada, de acordo com a retórica estatal expressa no documento, como rica em recursos, mas *a priori*, o fator humano, escasso e disperso, não possuía os atributos necessários para modificar a situação de atraso em que se encontrava a região. O projeto de valorização, preconizava, desse modo, a construção de uma certa qualificação (no sentido de adestramento) da população regional, sob pena de retardar ou inviabilizar o crescimento econômico regional. O planejamento impunha-se, portanto, como condição necessária ao enfrentamento dos problemas regionais.

Nessa perspectiva, somente por intermédio do aparelho institucional, político e econômico do Estado, seria possível submeter a exploração dos recursos naturais disponíveis à racionalidade técnico-científica, fomentar a integração dos “espaços vazios” e promover o adensamento demográfico, fatores considerados basilares à superação da estagnação econômica em que se encontrava a região. Com efeito, o escopo da valorização econômica da Amazônia consistia, segundo o Plano, em uma “reabilitação” de suas populações a partir da alimentação, da assistência à saúde, o saneamento e a educação. Naquele contexto, o Plano pretendia materializar precisamente um referencial de modernidade na Amazônia.

De acordo com o dispositivo legal, a Valorização Econômica da Amazônia, compreendia um amplo e complexo conjunto de operações. As medidas propostas foram

detalhadas no Artigo 7º da Lei 1806, que apresentou os objetivos da ação planejadora, abaixo sintetizados:

- a) Promover o desenvolvimento da produção agrícola, tendo em vista as condições ecológicas da região;
- b) Fomentar a produção animal, considerando a elevação dos índices de nutrição das populações amazônicas;
- c) Desenvolver um programa de defesa contra as inundações periódicas;
- d) Promover o aproveitamento dos recursos minerais da região;
- e) Incrementar a industrialização das matérias primas de produção regional para o abastecimento interno e a exportação mais densa dos produtos naturais;
- f) Realizar um plano de Viação da Amazônia, compreendendo todo o sistema de transportes e comunicação;
- g) Estabelecer uma política de energia na região;
- h) Estabelecer uma política demográfica compreendendo a regeneração física e social das populações da região pela alimentação, assistência à saúde e educação;
- i) Estabelecer um programa de desenvolvimento do crédito bancário regional;
- j) Fomentar o desenvolvimento das relações comerciais com os mercados consumidores e abastecedores;
- k) Manter um programa de pesquisas geográficas, naturais, tecnológicas e sociais, visando recrutar e fixar quadros técnicos e científicos na região, tendo em vista orientar, atualizar e aperfeiçoar a compreensão do Plano;
- l) Incentivar o capital privado em iniciativas destinadas ao desenvolvimento das riquezas regionais;
- m) Orientar a organização administrativa para as funções de execução do plano;
- n) Manter um serviço de divulgação econômica e comercial para conhecimento da produção efetiva da região, suas possibilidades econômicas e situação dos mercados consumidores (BRASIL, 1954, p. 3-4).

A execução de tais medidas representaria o marco inicial para a “recuperação” econômica e social da região. Tarefa árdua, considerando as diversas características socioeconômicas regionais, apontadas pelo Estado planejador como óbices ao desenvolvimento. A dispersão populacional, imputada ao exercício da atividade extrativa pelas populações locais, foi apontada como um dos principais entraves à ação governamental.

A reabilitação de uma população dispersa encontra graves dificuldades quer no seu planejamento quer na sua execução. Agrícola ou industrialmente, as formas de atividade praticadas e sua viabilidade ou sucesso podem ser calculadas pela medida em que a cooperação de outros homens seja possível. O princípio de organização das sociedades é da divisão do trabalho, impossível de realizar-se onde não existe um meio social ou onde esse se caracteriza pela rarefação demográfica. Em agricultura, os trabalhos de campo não só exigem a concorrência de considerável mão de obra em períodos diferentes e complementares de tempo, conforme a fase do trabalho agrícola ou a especialização da cultura praticada, como se distribuem em uma variedade de funções, de acordo com os conhecimentos exigidos na prática dessa atividade. Em transporte, o custo do transporte a realizar é proporcional à concentração

da carga e ao seu volume, e portanto, à densidade do meio social e sua capacidade de produzir. Nos serviços públicos, como os de educação, saúde e outros, o custo do investimento é inversamente proporcional à densidade demográfica da área. Além disso, o desenvolvimento tecnológico e a educação de grau médio e superior só são compatíveis com certos limites de desenvolvimento social que as populações dispersas ou os pequenos núcleos populacionais não podem realizar (SPVEA, 1955, p. 37).

A partir dessas considerações gerais, o Plano vai mostrar a necessidade de se constituir na Amazônia uma economia estável, convertendo a população rural extrativista dispersa em uma sociedade de base agrícola, concentrada em áreas selecionadas, denominadas de “zonas economicamente recuperáveis”, com acesso facilitado a transporte e com disponibilidade de recursos naturais, passíveis de industrialização.⁹

Para atender aos objetivos propostos, foram estabelecidos seis setores básicos como objetos da ação estatal, a saber: Transportes, Comunicações e Energia; Saúde; Crédito e Comércio; Recursos Naturais; Produção Agrícola e Desenvolvimento Cultural. Este último expresso nos aspectos educacionais objeto deste artigo. Desta forma, caberia ao Programa de Desenvolvimento Cultural (PDCA) a função de

[...] elaborar um Plano capaz de devolver às populações da Amazônia a integração cultural que perderam ou, quiçá, jamais tiveram em grau apreciável. E, ainda, proporcionar-lhes um novo equipamento mental da qualidade e na quantidade exigidas para a consecução das tarefas de valorização (SPVEA, 1955, p. 275).

Esse pensamento estava imbuído da ideia de que, no patamar em que se encontravam as populações locais não existiam os predicados necessários para transformar a realidade socioeconômica regional. Tornava-se imperativo, desse modo, qualificar tais populações para que elas, a médio e longo prazos, estivessem aptas a exercer as novas atividades econômicas introduzidas na região e pudessem disseminar as ações preconizadas no planejamento.

Conforme expresso no Plano, a obra de recuperação econômica da Amazônia demandaria a introdução de um “[...] grande número de técnicas novas, de novos hábitos, de novas concepções” na vida da região (SPVEA, 1955, p. 278). O documento criticava o sistema educacional vigente, “[...] todo voltado para a formação de elites absenteístas”, voltadas aos conhecimentos jurídicos, e, em menor escala, aos estudos de engenharia e medicina, que nunca teriam se ocupado das atividades econômicas básicas da região como a produção extrativa, agrícola e o pastoreio. Por conseguinte, “modos de fazer, de pensar e de sentir” seculares, como a lavoura de coivara, a caça e a pesca, teriam persistido sem quaisquer avanços, constituindo um dos fatores de subdesenvolvimento regional.

Diante desse panorama, seria imprescindível a implementação de mudanças estruturais, especialmente a superação da tradicional cadeia produtiva do extrativismo gomífero e da cultura rural, esta edificada a partir de experiências econômicas tradicionais, ultrapassadas e não condizentes com o progresso técnico das sociedades avançadas. Uma das propostas do PQVEA para a superação desse estado de coisas vigentes no período seria desenvolver nas pessoas e na coletividade Amazônia uma nova cultura, a ser construída por intermédio da educação. A este respeito, o Programa de Desenvolvimento Cultural propôs uma série de medidas no campo educacional levando-se em conta os mais diferentes níveis de ensino. A seguir tem-se uma abordagem mais específica acerca deste aspecto.

2 O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E O ASPECTO EDUCACIONAL: ENTRE O APARENTE E O LATENTE

A chamada Era Vargas (1930-1945) e os desdobramentos históricos que se sucederam a esse período contribuíram sobremaneira com o “processo de desencantamento”¹⁰ da sociedade nacional brasileira e aceleraram a inserção do país no modo de produção capitalista (MARX; ENGELS, 1998) de base urbano-industrial, em particular a chamada indústria de bens de produção. A Amazônia não ficou à margem dessa nova configuração desenvolvimentista, inclusive passando a ser percebida como elemento importante aos intentos públicos e privados das elites nacionais quanto ao desenvolvimento do Brasil.

A SPVEA, criada em 1953 e ligada ao Poder Executivo Federal (BRASIL, 1953), foi a primeira grande organização estatal brasileira voltada para a implementação de processos inovadores de planejamento regional. Com objetivos claros e voltados à modernização da região “a partir da substituição regional de importações, inclusive quanto ao Sudeste brasileiro” (MARQUES, 2013, p. 163), a SPVEA objetivava, dentre outras coisas, a:

h) estabelecer uma política demográfica que compreenda **a regeneração física e social das populações da região pela alimentação, a assistência à saúde, o saneamento, a educação e o ensino, a imigração de correntes de população que mais convenham aos interesses da região e do País**, e o agrupamento dos elementos humanos da região ou de outros Estados em áreas escolhidas, onde possam constituir núcleos rurais permanentes e desenvolver a produção econômica (BRASIL, 1953, Art. 7º) (Grifo nosso).

Com estas novas perspectivas modernas e modernizantes de produção e reprodução das condições de produção próprios da economia capitalista, a Amazônia passaria a ser percebida como um espaço a ser garantido e inserido nos “novos rumos” da Nação, não apenas como lugar longínquo e atrasado, mas como território fixado em um sistema produtivo nacional, a partir das potencialidades extrativas, agrícolas, pecuárias e minerais (BRASIL, 1953, Art. 1º). Todavia, um novo projeto de nação para o Brasil, que incluísse a Amazônia, necessitaria de um novo projeto de sociedade para a sua população (SPVEA, 1955).

Foi seguindo esta linha de pensamento que a SPVEA construiu o seu 1º PQVEA, um documento, como o próprio título indicava, que apresentava análises e estratégias de intervenção para cinco anos (1955-1959) na Amazônia. Estava dividido em dois volumes da seguinte maneira: o primeiro, apresentado em 400 páginas, compreendia a conceituação do Plano e os programas de Produção Agrícola e Recursos Naturais; o segundo volume, com 312 páginas, abrangia os programas de Transportes, Comunicação e Energia; Crédito e Comércio; Saúde; e Desenvolvimento Cultural, este último objeto do presente *paper*.

O PDCA, em seu Capítulo I: Cultura e Sociedade apresenta de maneira introdutória sua visão conceitual sobre cultura, posteriormente faz uma incursão sobre a cultura brasileira em geral e da amazônica em particular, sempre articulando dicotomicamente ideias-força como moderno e tradicional, avançado e atrasado, progresso e estagnação e outras.

[...] as atividades econômicas fundamentais exprimem-se objetivamente no contraste chocante entre o desenvolvimento das cidades do vale amazônico, integradas nos estilos de vida da civilização moderna e o atraso das populações do interior, que vivem em etapas históricas superadas de séculos (SPVEA, 1955, p. 275).

É também no contexto deste primeiro capítulo que se aborda a educação como edificadora de novas intencionalidades para a população amazônica, discussão que abordar-se-á de maneira apropriada mais à frente.

Um dos conceitos essenciais expresso no documento da SPVEA em tela é o de cultura, entendida como “[...] um equipamento mental que arma o homem para a ação sobre a natureza, permite sua aglutinação em grupos capazes de ação conjugada, e, ainda, proporciona uma explicação emocionalmente satisfatória do ambiente em que vive e do lugar que ocupa neste ambiente” (SPVEA, 1955, p. 273). Com pouquíssima digressão histórica ou relativização da cultura amazônica, enfoca-se o aspecto funcionalista desse “equipamento mental” enquanto elemento impulsionador de relações que se estabelecem entre o homem e a natureza.

A cultura amazônica, particularmente aquela relacionada com os espaços rurais, teria sido edificada a partir das condições peculiares da natureza e da economia extrativista na qual sua população estava inserida. Esse suposto anacronismo teria sido reforçado pelo modo como a educação brasileira se edificou, ou seja, uma educação elitista e distanciada dos contextos produtivos, que acabou privando as pessoas das regiões interioranas do país de uma cultura mais evoluída e reforçado os processos de desigualdade entre o rural e o urbano.

A educação, ao se alienar do mundo real ou mais precisamente dos processos produtivos da vida material, teria deixado à própria sorte as populações produtoras de alimentos e insumos para as indústrias. Ergueu-se assim, afirma o documento, uma educação para “elites absenteístas” (SPVEA, 1955, p. 275), não contribuindo para o desenvolvimento da sociedade como um todo, particularmente dos espaços rurais, deixando a Amazônia com processos culturais tradicionais e estagnando sua economia que se baseava no modo indígena de produção de alimentos. A seguir tem-se um excerto do texto original:

A mesma alienação que se constata nas escolas urbanas de todos os níveis invadiu o interior, levando ao ensino rural todo peso de seus preconceitos e de seu desinteresse pelas atividades econômicas fundamentais.

Em consequência, a elaboração e a transmissão das técnicas através das quais opera a economia amazônica, processa-se espontaneamente e sempre fora do ambiente escolar onde jamais encontrou guarida. Modos de fazer, de pensar e de sentir, característicos das populações indígenas e que há séculos representam a solução única para a instalação e a sobrevivência de sociedades de filiação europeia nos trópicos, perpetuaram-se até nossos dias sem experimentar qualquer avanço. Hoje, como ontem, como sempre, o homem amazônico garante sua subsistência através da lavoura de coivara, da pesca e da casa, obtidas por processos indígenas. Se é verdade que essa tecnologia obsoleta pode suportar tribos e que, ainda hoje, garante a subsistência de largas camadas de população da Amazônia, é igualmente certo que já constitui um dos fatores do seu subdesenvolvimento (SPVEA, 1955, p. 274-275).

A educação teria uma importância estratégica em dois sentidos, a saber: quebrar o tradicional hiato elitista educacional a partir de uma política de universalização da

escolarização para o meio rural e, em segundo lugar, estabelecer interfaces entre os processos pedagógicos de sala aula e os econômico-produtivos tecnológicos. Todavia, esses processos econômicos não são os tradicionais modos de vida das populações amazônicas, compreendida pelo Plano como fatores do subdesenvolvimento. A ligação entre educação e a economia que se propunha teria como meta levar à população amazônica os avanços modernos das técnicas produtivas próprias das sociedades desenvolvidas europeias e norteamericana.

O problema que se propõe a esta Comissão é o de elaborar um plano capaz de devolver às populações da Amazônia a integração cultural que perderam ou, quiçá, jamais tiveram em grau apreciável. E, ainda, proporcionar-lhes um novo equipamento mental da qualidade e na quantidade exigidas para a consecução das tarefas de valorização.

O atual sistema educacional, todo voltado para a formação das antigas elites absenteístas, deve readaptar-se ou ceder lugar a uma nova educação para o estudo de seus problemas. A missão do ensino já não será o adestramento das classes dirigentes para o desfrute de privilégios, mas a formação de técnicos capazes de intervir na produção, vivificá-la através da redefinição e do aprimoramento do aparato tecnológico (SPVEA, 1955, p. 175).

De fato, o texto do Plano, particularmente no que concerne ao desenvolvimento cultural da Amazônia, faz uma mordaz crítica ao tipo de educação na região, mostrando seu viés elitista e sua função negativa de reforço ao subdesenvolvimento local, bem como ao êxodo rural e à ideologia subsumida aos processos pedagógicos de que a vida citadina seria a “[...] única forma digna de existência” (SPVEA, 1955, p. 176).

A educação, enquanto componente de construção de um certo equipamento mental necessário para o progresso da região, é colocada como “[...] a mais importante e mais ambiciosa forma de ação no plano de desenvolvimento cultural”. Por isso a visão de longo prazo desse processo educativo, o qual deveria criar as bases mentais e técnico-laborais nas comunidades do interior amazônico para que ficassem prontas quando fossem alcançadas pela valorização econômica (SPVEA, 1955, p. 185).

[...] Desde que se consiga melhorar esse equipamento, criando um sistema adaptativo melhor ajustado ao meio, o grupo tenderá a crescer porque será capaz de garantir a subsistência de maior número de pessoas, a adotar formas mais complexas de interação social, e, finalmente, terá acesso a uma concepção do mundo mais próxima da realidade, porque novos problemas objetivos ser-lhe-ão propostos.

Sem fazer qualquer referência a condição de gênero e com uma visão extremamente etnocêntrica acerca do *modus vivendi* das comunidades amazônicas, o programa mostra a necessidade dessa educação redentora para a maior parte das pessoas dos grandes aglomerados humanos do interior, seja elas crianças, adolescentes, jovens, adultos e até mesmo aqueles mais velhos.

[...] Em certos casos, poderá assumir função de alfabetização se operar junto a um grupo em que esta seja uma necessidade real. Mas, em geral, atuará no campo mais amplo da transformação dos hábitos anti-higiênicos, da renovação das técnicas obsoletas e da superação das

barreiras psicológicas que obliteram a interação da comunidade ou entre esta e grupos estranhos (SPVEA, 1955, p. 186).

A educação de base, como o Plano chama o sistema de educação que seria efetivado a partir do programa Desenvolvimento Cultural, teria como alicerce dois grandes grupos de ação, a saber: a Missão Cultural Rural e o Centro Social Rural que, apesar das peculiaridades de cada um, deveriam trabalhar em conjunto. As Missões seriam integradas por médicos, agrônomos, assistentes sociais, e eventualmente acrescidas de técnicos de outras profissões como enfermeiros, dentistas, veterinários e especialistas em atividades artesanais. Estas equipes seriam preparadas em cursos intensivos ministrados por professores especializados colocados à disposição da SPVEA pela Campanha Nacional de Educação Rural, onde receberiam cursos de Geografia Agrária, Sociologia Rural, Organização de Comunidades, Educação Sanitária, Higiene Rural, Cooperativismo e Técnicas Audiovisuais (SPVEA, 1955).

Depois de devidamente instaladas nas áreas de atuação, as Missões encarregar-se-iam de selecionar e preparar educadores locais que, por sua vez, atuariam nos Centros Sociais Rurais, instalados nas comunidades rurais, que seriam aparelhados com instalações para o ensino de artesanato ou de “indústrias rurais” e oficina de costura. Estes centros funcionariam como escolas durante o dia e à noite e nos feriados estariam disponíveis a atividades comunitárias. Em relação ao ensino médio se previu a construção de escolas agrícolas e agroartesanais priorizando-se, portanto, a agricultura. Preconizou-se, ainda, a criação de uma universidade, a construção de bibliotecas e atividades de divulgação científico-cultural.

A educação seria, pois, uma ferramenta por meio da qual se promoveria a mudança evolutiva de hábitos considerados arcaicos e improdutivos, bem como introduziria novas técnicas e o aprimoramento de métodos de trabalho, visando habilitar as populações amazônicas para um modo de vida apropriado aos objetivos do projeto de valorização consignado no Primeiro Plano Quinquenal. A mudança de mentalidade ou da cultura rural amazônica seria a condição *sine qua non* para uma futura inserção da região no processo técnico-científico, o qual inexoravelmente adviria em tempos futuros.

Portanto, o ideário desenvolvimentista da SPVEA dos anos de 1950 ressaltava antinomias seculares entre tradicional e o moderno, entre o progresso e o atraso e tantas outras dicotomias que denotavam uma visão etnocêntrica acerca das populações amazônicas (SILVA 2010). Ancorada exclusivamente no crescimento econômico ou no progresso técnico, o documento buscou mostrar que as práticas econômicas tradicionais dos povos amazônicos e seu “equipamento mental” representavam um atraso histórico no processo de desenvolvimento social local, em que o extrativismo e as populações a ele ligadas eram realidades pré-modernas e que seriam superadas pelo progresso técnico.

A partir de um evolucionismo social, o PQVEA negligenciou e simplificou as complexas relações produtivas pré-capitalistas, historicamente efetivadas ao longo de milhares de anos pelas populações instaladas nas margens dos rios e/ou nos interstícios das florestas. Com efeito, a extração de elementos da flora e da fauna, em áreas de terra firme ou conexas (rios, lagos, igapós, cerrados, manguezais etc.) quase sempre foram fundamentais à subsistência da maior parte dos seres humanos que viveram na Amazônia nos últimos 6 a 8 mil anos (DRUMMOND, 1996). Isto foi demonstrado na literatura, tanto pelos relatos de viajantes que percorreram o estuário amazônico no contexto colonial, como pelas pesquisas arqueológicas, antropológicas e etnográficas efetuadas na região na segunda metade do século XX.¹¹

À luz das ideias desenvolvimentistas, reduzidas à dimensão econômica, o aparelho planejador estatal desconsiderava, ainda, que as atividades produtivas dos povos amazônicos não se reduzem a uma finalidade estritamente produtiva, mas contêm elementos rituais, mecanismos de coesão social e de uma relação peculiar com a natureza. A riqueza empírica e a variedade dessas dimensões, ao invés de serem integradas, numa perspectiva dialógica às políticas públicas, foram tratadas como práticas a ser modificadas e superadas. Ademais, ao incorrer conceitualmente numa generalização do termo “extrativismo” na narrativa do plano, a burocracia governamental demonstrou uma ignorância total de “uma variedade muito grande de contextos históricos qualitativamente diferentes entre si, resultado de tremenda diversidade biológica, social e cultural das diferentes microrregiões amazônicas” (LEONARDI, 1999, p. 209).

O que se depreende do PQVEA (particularmente no que concerne ao desenvolvimento sócio cultural da região), é o seu caráter positivista de progresso que identificou na Amazônia de meados do século XX uma realidade sócio histórica ultrapassada e necessitando de novos *inputs* modernizantes para seu progresso e avanço. A partir dessa visão, propôs-se uma educação redentora **para** (e não **com**) as populações locais, o que ao invés de quebrar as amarras elitistas, tão criticadas pelo documento, reforçou processos de cisão entre campo e cidade, na medida em que as populações amazônicas eram vista como objeto de uma ação pedagógica de pessoas que estariam vivendo de maneira retrógrada, ultrapassada e tradicional e que precisariam de se modernizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ideário de desenvolvimento calcado na ideia de progresso técnico-científico e no capitalismo industrial representou a mais forte ideologia pós-Segunda Guerra Mundial advinda dos países imperialistas, particularmente dos Estados Unidos da América. O Estado Nacional Brasileiro do período buscou implementar de maneira contundente uma política desenvolvimentista a partir dessa ideologia. Emblematicamente, o PQVEA proposto em 1955 pela SPVEA representou de maneira indelével a associação desse ideário com um planejamento regional que ratificava os princípios modernos capitalistas e negava as tradições próprias do *modus vivendi* das populações amazônicas.

O Plano Quinquenal da SPVEA propôs um Programa de Desenvolvimento Cultural regional, o qual apresentava o extrativismo e a cultura dos povos e comunidades tradicionais como as causas fundamentais do atraso econômico e social da Amazônia. Neste contexto, o planejamento estatal creditou à educação uma importância capital. Ela deveria gerar nas pessoas aquilo que o PQVEA chamou de novo equipamento mental, ou seja, um conjunto de valores, normas e conhecimentos essenciais às novas exigências do progresso técnico e produtivo. Com isso, superar-se-ia o atraso econômico-cultural da região, dando lugar às novas exigências capitalistas modernas, as quais se expressariam na industrialização, territorialidade baseada na urbanização e assalariamento do trabalho.

A partir da ideia dicotômica entre atraso e progresso e sem qualquer possibilidade analítica de relativização da realidade amazônica, a SPVEA e seu PQVEA apresentaram uma proposta redentora para as populações locais via educação, dada a inexorabilidade da chegada na Amazônia do capitalista industrial. Essa população deveria não apenas entender o *modus operandi* do novo sistema, mas fundamentalmente deveriam querer ser e estar na condição do homem moderno, ligado à ciência e à tecnologia, assim como aos

padrões produtivos e de consumo próprios dos países do norte, em particular dos Estados Unidos da América.

Guardadas as devidas proporções do devir histórico, observa-se que essa percepção dicotômica e preconceituosa sobre os povos e comunidades do bioma Amazônia (extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados, acampados da reforma agrária, trabalhadores assalariados rurais, quilombolas, indígenas, caboclos e outros) ainda se mantém até os dias atuais. Se não totalmente, pelo menos em essência, essas populações vêm sistematicamente sofrendo intervenções estatais nos mesmos moldes do período pós-1945, refletindo-se na formulação e execução de políticas públicas dirigidas à região de maneira verticalizada, de cima para baixo e com participação quase nula dos moradores locais, estes precisando de serem salvos.

De fato, os referenciais de modernidade, presentes nos discursos de valorização econômica, de superação da estagnação social associada ao extrativismo e de integração da região aos centros desenvolvidos do país, em nome da execução de um amplo programa de desenvolvimento, tão caros à retórica estatal desenvolvimentista dos anos de 1950, são continuamente reelaborados nas ideias e práticas estatais contemporâneas. Como exemplos desse processo pode-se destacar a utilização de rios para produção de energia elétrica e transporte de *commodities*; a extração de minério, a pecuária extensiva e a produção monocultura de larga escala. Saliente-se, ainda, a persistência nos discursos oficiais de um suposto atraso cultural das populações regionais, especialmente quando estas questionam ou rejeitam determinados empreendimentos considerados estratégicos ao Estado nacional, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte no município de Altamira (Pará), cuja obra vem sendo sistematicamente denunciada por setores regionais, sobretudo povos indígenas que colocam esse grande projeto como socialmente nefasto e ambientalmente insustentável.

Silva (2010) observou que as análises que colocam as populações da Amazônia como atrasadas precisam ser relativizadas, pois ao balizar as discussões sobre desenvolvimento unicamente no crescimento econômico ou no progresso técnico, nega-se completamente a modernidade das históricas populações residentes na região, que “podem ser tão modernas quanto qualquer outra população humana, se se der relevância à questão ambiental” (SILVA, 2010, p. 87). A lição fundamental mostrada por essas populações, conclui este autor, reside nos valores e atitudes em relação ao meio ambiente, exemplares para a posteridade, ou mais precisamente para as gerações futuras.

Referências

ALMINO, J. A filosofia política do ecologismo. In: FERNANDES, M.; GUERRA, L (Org.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. BELÉM: UNAMAZ/NAEA/UFPA, 2006, p. 27-50.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. Bauru: EDUSC, 2000.

BATISTA, Iane Maria da Silva. As percepções sobre a natureza amazônica no planejamento do desenvolvimento regional (1955-1959). In: **Anais do 3º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações, p. 934-954**. Florianópolis: SC, 2014.

Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B6UxcuqFVjUZMXhfdzZYRGpiVDQ/view?pli=1>>.

Acesso em: 22.03.2014.

BRASIL. (Constituição) 1946. Presidência da República: Rio de Janeiro, 1946. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em 15.04.2014

_____. Lei nº 1.806, de 6 de Janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 7/1/1953, Página 276. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 23 fev. 2015.

_____. **Lei nº 1806, de 6 de janeiro de 1953**. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência de sua execução e dá outras providências. Departamento de Imprensa Nacional: RJ, 1954.

COSTA, Kelerson Semerene. **Homens e natureza na Amazônia brasileira: Dimensões (1616-1920)**. 2002, 292 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História – Universidade de Brasília. Brasília, 2002.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 19, ano 7, p. 40-55, jun.1992.

DRUMMOND, José Augusto. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas. **Estudos Sociedade e Agricultura**. p. 115-137, jul. 1996.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development: the making and unmaking of the Third World**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Revista Pesquisa e Debate**. PUC, SP, v. 15, n. 2, v.26, p. 225-256, 2004.

FONSECA, Pedro César Dutra; SOUZA, Luiz Eduardo. **O processo de substituição de importações**. São Paulo: LCTE, 2009.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LÉNA, Philippe. O desenvolvimento sustentável: entre a economia e a ética. In: FORLINE, Louis; MURRIETA, Rui; VIEIRA, Ima. **Amazônia além dos 500 anos**. Belém: MPEG, 2005. p. 357-402.

LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1999.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. 2ª Ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MARQUES, Gilberto. S. SPVEA: o Estado na crise. **Revista Soc. Bras. Economia Política** (nº 34), p. 163-198, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista. In: Daniel Aarão Reis Filho (org.). **O Manifesto Comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 11ª ed., Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2013.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. 4ª ed., Campinas: Pontes Editores, 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

RIBEIRO, Berta (Coord.). **Suma Etnológica Brasileira**. Vol. 1 (Etnobiologia). Belém: EDUFPA, 1997.

SILVA, José B. da. Elementos para a construção do sentido e o significado do conceito de população tradicional e sua importância para o século XXI. **Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais**, Macapá, UNIFAP, n. 3, p. 83-92, dez. 2010. Disponível em: <http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/download/153/137>. Acesso em: 07 abr. 2011.

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA (SPVEA). **Primeiro Plano Quinquenal**. Desenvolvimento cultural. Rio de Janeiro, Brasil: SPVEA Setor de Coordenação e Divulgação, 1955. II volume.

_____. **Comissão de Planejamento**. Programa de Emergência para 1954. Belém: SPVEA, 1954a.

_____. **Concepção Preliminar da Valorização Econômica da Amazônia**. Belém: Setor de Coordenação, 1954b.

TRINDADE, José Raimundo Barreto (Org.). **Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia: a SPVEA, auge e crise do ciclo ideológico do desenvolvimentismo brasileiro**. Belém: Paka-Tatu, 2014.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2012.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. 3ª ed. Brasília: Editora da UNB, 2000.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 5ª ed., São Paulo: Pioneira, 1987.

Notas

¹ Isto é, com base em uma política governamental previamente planejada.

² Uma análise consistente acerca da trajetória histórica do desenvolvimentismo no Brasil pode ser encontrada em Fonseca (2004).

³ Aqui ideologia percebida no mesmo sentido dado por Mannheim (1976) como o conjunto das concepções, ideias, representações, teorias que os múltiplos grupos ou classes sociais expressão discursivamente e que tendem à legitimação ou reprodução do *status quo* vigente.

⁴ Esta é entendida por Léna (2005, p. 359) como a “[...] contínua incorporação de espaços, bens e pessoas à lógica mercantil”.

⁵ A política de substituição de importações consistia no incremento da participação do Estado na economia, definindo-o como o agente responsável pelo apoio ao crescimento da industrialização através da criação de indústrias de base. A estas indústrias caberia fornecer o suporte ao desenvolvimento dos demais setores industriais, fornecendo os insumos necessários. (FONSECA; SOUZA, 2009). Esse processo foi recomendado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) como o meio mais eficiente para o desenvolvimento econômico das nações latino-americanas baseadas em economias historicamente agroexportadoras.

⁶ Eric Hobsbawm sintetiza, com muita propriedade, a ascendência dos mecanismos de planificação soviética dos anos 30 sobre a ideia de planejamento que posteriormente toma corpo nos países capitalistas. Segundo o autor, sob os Planos Quinquenais a União Soviética experimentou uma rápida e maciça produção industrial, triplicada entre 1929 e 1940, ao passo que no mesmo período, “a fatia conjunta dos EUA, Grã-Bretanha e França caía de 59% para 52% do total do mundo. E mais, não havia desemprego”. Essas conquistas teriam impressionado bem mais “os observadores estrangeiros de todas as ideologias” do que o “visível primitivismo e ineficiência da economia soviética, ou a implacabilidade da coletivização e repressão em massa de Stálin”. Interessava aos avaliadores externos, portanto, a receita do sucesso rápido e maciço alcançado pelos bolcheviques na esfera da industrialização, desconsiderando-se os custos sociais desse processo. Na perspectiva de compreender a crise de seu próprio sistema econômico, o capitalismo ocidental, que demandava a construção de estratégias eficientes para sua superação, indagava-se: “Qual era o segredo do sistema soviético? Podia aprender-se alguma coisa com ele? Ecoando os Planos Quinquenais da URSS, ‘Plano’ e ‘Planejamento’ tornaram-se palavras da moda na política”. A destruição provocada pela segunda grande guerra e o imperativo de reconstrução internacional instaurado com o fim do conflito consolidaram definitivamente o planejamento na esfera governamental (HOBSBAWM, 1998).

⁷ São eles: o “Programa de Emergência para 1954”, que vigorou enquanto o PQVEA estava em formulação e a “Concepção Preliminar da Valorização Econômica da Amazônia”, espécie de esboço inicial do PQVEA.

⁸ Segundo Arruda (2000, p. 275), na perspectiva estatal de modernização do país, o sertão evocava um espaço “deserto, despovoado, coberto por matas sombrias de onde surgiam rumores misteriosos, porém belo, rico em potencial, esperando somente a operosidade do homem civilizado por despertá-lo do sono em que dormia”.

⁹ Considerando a extensão territorial e a “dispersão demográfica”, foi estabelecido que os investimentos do Plano deveriam ser alocados em núcleos com uma certa concentração populacional, dotados de fatores econômicos favoráveis, como a ocorrência de recursos naturais ou de interesse de segurança nacional (áreas de fronteira). Para tal, definiram-se 28 zonas “economicamente recuperáveis” (SPVEA, 1955).

¹⁰ Para Weber (2000; 1987), o desencantamento do mundo constituiu-se no processo pelo qual as modernas sociedades europeia, e somente elas, construíram historicamente um modo de vida culturalmente enraizado em um tipo de racionalidade calcada no fazer com objetivo a um determinado fim, sempre levando em consideração o máximo de eficiência em seu operar. Esse processo sócio histórico e cultural irá condicionar as mais variadas esferas da vida humana, inclusive e predominantemente o contexto estatal. Esse tipo de racionalidade, com o passar do tempo, promoveu o desencantamento do mundo, marcando uma cisão com outros modos de ver e fazer no mundo que incluíam valores, crenças, costumes e hábitos cristalizados através dos tempos entre as gerações.

¹¹ A este respeito, consultar Costa (1997).

ⁱ Sociólogo e especialista em Ciência Política (IFCH/Universidade Federal do Pará – UFPA), mestre em Planejamento do Desenvolvimento e doutor em Ciências Ambientais (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA). Atua como professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica. E-mail: jbsilva@ufpa.br.

ⁱⁱ Historiadora, mestre em Planejamento do Desenvolvimento (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/UFPA) e doutoranda em História Social da Amazônia (PPHIST/UFPA). É professora da rede pública estadual de ensino do Pará e na rede particular de ensino de graduação e pós-graduação, atuando, ainda, como colaboradora do Plano Nacional de Formação Docente junto à Faculdade de História da UFPA. E-mail: ianesilva25@yahoo.com.br.

Recebido: julho-15

Aprovado: dezembro-15